

FHC: tudo a declarar?

LUIZ ADOLFO PINHEIRO

Os jornais não podem se queixar. Todos os dias, o presidente Fernando Henrique Cardoso dá alguma declaração, geralmente de crítica ou de resposta às críticas, que vira manchete no dia seguinte. E oferece a oportunidade a outras declarações. E a réplicas e trélicas do Presidente, que viram novas manchetes de jornais. E assim sucessivamente, ad perpetuum rei memoriam.

Em meus 25 anos de jornalismo em Brasília, nunca vi um presidente que falasse tanto. Nem Figueiredo, com suas famosas declarações a torto e a direito. Se o Presidente da República estivesse a falar novas medidas econômicas, sociais ou políticas, tudo bem. Mas é só conferir os jornais dos últimos 30 dias e verifica-se que pouquíssimas iniciativas concretas foram anunciadas. O que se vê é um autêntico "tiroteio" para lá e para cá, fazendo da delícia cotidiana dos coleguinhos encarregados da cobertura do Planalto.

Algumas conclusões serenas podem ser retiradas desses episódios.

A primeira é que o presidente FHC não gosta de ser criticado. É humano e compreensível. Ninguém gosta de receber críticas, ainda mais pelos jornais ou pela voz sensacionalista dos locutores da televisão. Provavelmente não gostará do artigo deste seu eleitor. E quando a crítica parece mais forte e mais injusta, dá vontade de responder na hora e também de chutar as canelas de quem criticou.

Até aí morreu Neves. E não nos referimos ao saudoso presidente eleito, mas ao ditado popular. O fato de ninguém gostar de receber críticas

não obriga o criticado a revidar na hora. E menos ainda quando se é chefe de governo e de Estado, cujas declarações têm o dom de afetar as cotações da Bolsa de Valores, criar pânico no mercado financeiro, alvoroçar políticos, intranquilizar Deus e todo o mundo — e ainda criar sérios incidentes internacionais.

Fernando Henrique Cardoso sabe de tudo isso. É culto, experiente, viajado. Foi professor, senador, duas vezes ministro de estado — das Relações Exteriores e da Fazenda. Ele só precisa que alguém a seu lado lhe faça lembrar — esse é o termo — que ele não precisa revidar a toda hora. Para isso tem o porta-voz, o ministro da Justiça, o chanceler, o Serjão e os líderes no Senado, na Câmara e no Congresso.

Além disso, esse alguém precisa lembrar também ao Presidente da República que, neste País de esperotos, há muito político espertinho que já descobriu a maneira infalível de obter publicidade farta e gratuita: é só jogar pedra na janela do Planalto que o barulho chega, no dia seguinte, aos confins do Mercosul.

A segunda ilação isenta refere-se ao exercício do presidencialismo no Brasil.

Esse regime, que nasceu de um golpe de Estado militar, em 15 de novembro de 1889, promovido, aliás, por um general que até à véspera era adepto ardoroso da monarquia, é um regime capaz de levar o titular a situações críticas que causam tensão e desgaste emocional e político. É oportuno lembrar — não para assustar FHC, claro — que já tivemos pre-

sidentes que morreram no cargo e na véspera de assumi-lo, outro que se suicidou, um que renunciou, aquele outro que foi deposto, etc e tal. E todos, sem exceção, envelheceram 20 anos em quatro ou cinco de mandato.

O nosso presidencialismo exagerado obriga o Presidente da República a exercer, na prática, muitas outras funções. Ele é co-presidente do Congresso e do Judiciário, ouvidor-geral da Nação, supergovernador e alcaide-mor das prefeituras das capitais. É comandante-em-chefe das Forças Armadas, defensor perpétuo da Amazônia e do Nordeste, grão-cacique das tribos indígenas e capitão-geral da ordem pública. É guardião da família, da moral e dos bons costumes, protetor dos fracos e dos oprimidos, curador das viúvas e dos órfãos, provedor-mor das Santas Casas de Misericórdias e bardo das virgens.

Não é pouca coisa. E nesse regime que expõe o Presidente à vitrine permanente da TV e da imprensa, fica difícil manter o "distanciamento crítico" que Bertold Brecht recomendava aos diretores e atores de suas peças teatrais. Ainda assim, para o bem de todos, a começar de FHC, e a felicidade geral da Nação, seria conveniente que o chefe de governo se poupasse de questões que ficariam melhor com o segundo escalão de seu governo e que se reservasse para momentos certamente muito mais importantes e históricos que ainda estão por vir nos seus próximos três anos de poder.

■ Luiz Adolfo Pinheiro é editor de Opinião